

A Paisagem Cultural como novo instrumento de preservação, a historicidade de uma prática em contexto paulista (1968-1994)

FELIPE BUENO CRISPIM¹

Introdução:

A portaria 127 de 30 de Abril de 2009 assim define paisagem cultural “art. 1º Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (Diário Oficial da União – Sessão I nº. 83, 5 de maio de 2009 pág. 17). Sendo assim o presente texto pretende apresentar a trajetória de estudos desenvolvida durante etapa de iniciação científica realizada sob a temática da relação entre paisagem e patrimônio no Estado de São Paulo.

A pesquisa “De Paisagem a Paisagem Cultural: a historicidade de uma prática de construção do patrimônio em São Paulo (1968-1995)”² procurou desenvolver estudos preparatórios no sentido de identificar entre as práticas e políticas de construção do patrimônio em São Paulo elementos reveladores para a compreensão da historicidade dessa relação entre paisagem e patrimônio paulista tendo como referencia institucional o Conselho de Defesa do Patrimônio, Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (CONDEPHAAT).

Dessa forma partíamos do pressuposto que o conceito de paisagem cultural poderá trazer novos horizontes de atuação e orientar novas práticas de preservação patrimonial em contexto paulista, uma vez que seu escopo parte do reconhecimento das relações entre homem e meio ambiente numa perspectiva integradora capaz de considerar as múltiplas relações tecidas ao longo do tempo entre essas duas esferas.

Assim nesse texto realizaremos uma exposição das possíveis conceituações para a paisagem consideradas prioritárias para sua adoção por políticas patrimoniais

¹ Graduado em História pela FCL-Assis/UNESP

² Pesquisa desenvolvida com o fomento da FAPESP durante o ano de 2010 sob a orientação da Dra. Célia Reis Camargo docente do Departamento de História da FCL-Assis/UNESP.

procurando demonstrar seu trânsito entre diferentes áreas das Ciências Humanas com especial atenção para seu debate na Geografia em contribuição para o campo da História.

Num segundo momento se procura apresentar as potencialidades de estudo da temática tendo como referência os resultados da etapa de iniciação científica, apontando através da trajetória de execução dessa pesquisa, os caminhos possíveis de inserção da paisagem cultural nas políticas de preservação paulistas, assim como das novas perspectivas de atuação dos órgãos de preservação para além do tombamento.

Apresentando a Paisagem

O termo paisagem surgiu no século XV, nos Países baixos. Tal como um enquadramento, a *landship* referia-se às pinturas em quadros que apresentavam um pedaço da natureza, onde os personagens detinham um papel secundário. Posteriormente, os alemães forjaram o termo *landschaft*, os ingleses *landscape*, e os italianos, por sua vez, criaram o *paesaggio*, de onde deriva o termo francês *paysage*. O termo paisagem, do século XVI, tem um significado claramente cultural já que paisagem advém do latim *pagus*, que significa povoado, *pays* em francês e daí país em português, conceito muito mais intimamente relacionado a questões culturais do que às ecológicas. (Telles.Mario F.P&Delphim,C.F.M, 2008)

A paisagem enquanto objeto de estudo é mais recente, data do século XIX com os diários de viagem do alemão Alexander Von Humboldt (1769-1859) cujo teor expressa a utilização do conceito de paisagem de forma ampla (Capel,Horácio.1981) porém é na passagem do século XIX para o XX que a concepção de paisagem passa a ser entendida como um conceito, foi com a formação do campo da geografia nesse mesmo período que ela passa a ocupar uma posição central no debate em ciências humanas em trânsito, sobretudo entre a História, a Geografia e a Antropologia.

A obra “A Morfologia da Paisagem” (1925) de Carl O. Sauer, é considerada o trabalho fundador da geografia cultural, por utilizar o conceito como fundamento do campo da geografia.

Nesse estudo de formação de campo Sauer argumenta ser a paisagem um elemento integrador e síntese dessa nova geografia que estuda as conexões entre os

diferentes elementos ou fatos geográficos sustentando que, apenas nessa perspectiva se torna possível o avanço científico no sentido da construção do campo da ciência geográfica. Nessa perspectiva o conceito de paisagem teria paralelo teórico com o conceito de tempo histórico, pois os elementos de sua promoção seriam similares aos elementos de formação da paisagem. (Correa R& Rosendhal,Z, 2004)

Mais tarde na década de 1960 a corrente humanista da geografia proporia uma valorização do conceito de lugar em detrimento do de paisagem com a intenção de “reorientar a geografia humana para uma instância na qual fosse resgatado o caráter sintético, característica da geografia regional tradicional, que era capaz de realizar grandes sínteses das regiões” (Ribeiro, 2007 P.24). Os principais autores dessa corrente são David Lowenthal e Yu-Fu Tuan.

Posteriormente, durante os anos de 1980 autores como James Duncan formaram a chamada Nova Geografia Cultural questionando os postulados de Sauer e passando a identificar seu legado enquanto Geografia Cultural Tradicional. A principal crítica por eles veiculada incide sobre o conceito de Cultura adotada pelo autor de “A morfologia da Paisagem” derivado da definição de Kroeber de que a cultura estaria pairando sobre a sociedade como uma entidade autônoma.

Em *The City* (1990) as a Text, Duncan propõe que as paisagens sejam interpretadas de forma particular por cada grupo humano que com ela interage, correspondendo assim a uma análise através da hermenêutica e profundamente influenciada pelo pensamento do antropólogo Clifford Geertz autor de “A interpretação das culturas” de 1973. (Idem 2007 p.26).

Ainda na década de 1980, Denis Cosgrove (1984:01) trabalha a simbologia da paisagem através de uma abordagem marxista propondo um olhar sob o prisma dos mecanismos de exclusão da sociedade capitalista, assim ordena seu argumento no sentido de demonstrar que a Europa desde o século XIX vem criando no imaginário coletivo imagens de suas paisagens representativas da exclusão, isto é, imposições disseminadoras de sua cultura e identidade.

Nesse sentido Cosgrove observa que o próprio surgimento do conceito de paisagem no final do século XIX está associado a uma determinada etapa do capitalismo onde a produção de imagens pelos países do centro para os da periferia se torna um elemento do funcionamento do sistema capitalista. (Idem 2007 p.27-28)

Na geografia francesa sem dúvida foi Paul Vidal de La Blache (1845-1918) através do *Tableau de la géographie de la France* (1903) o principal autor a trabalhar com o conceito de paisagem, sua obra revela uma preocupação maior com a idéia de *meio* pelo qual acredita ser possível compreender a idéia de *gênero de vida*. Para o autor a relação do homem como o meio, ao longo dos séculos, em dado lugar, moldaria em um grupo humano um gênero de vida particular responsável por criar distintas paisagens a partir do substrato natural fornecido pelo meio.

De um modo geral esse debate sobre o conceito na geografia é fundamental para pensa-lo em associação com o campo do patrimônio pois como afirma Ribeiro “é necessário que se esteja atento ao fato de que as escolhas realizadas na definição da noção de paisagem, em qualquer trabalho, interferirão no seu resultado final, pois a adoção de uma abordagem em detrimento de outra deve invariavelmente, levar a diferentes conclusões em pesquisas sobre um mesmo objeto.(Idem 2007 p.14)

Paisagem e Patrimônio:

Nessa pesquisa nos interessa sobretudo, investigar as práticas derivadas do conceito aplicáveis ao campo do patrimônio, nosso foco incide não para a história do conceito, mas para a historicidade das práticas dele oriundas, dando condições para pensarmos como o Condephaat respondeu a tais iniciativas ao longo do período estudado.

Segundo Milton Santos “A paisagem é um conjunto de formas que num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza”. Essa percepção nos remete à idéia de que tal categoria se traduz como documento ou palimpsesto, condição que a situa de forma inevitável no terreno da História. (Santos, 2006, p.66)

Em “A Paisagem com fato cultural” Ulpiano Bezerra de Meneses atenta para o caráter polissêmico e a flexibilidade presente nos usos do termo paisagem, que dificultam o traçar de sua historicidade. Diz ele que “certamente tal flexibilidade traz vantagens, mas também banaliza e pode fazer perder o fio da meada, o risco maior sobretudo, é a desistoricização do conceito” (Meneses U.T.B 2002, p.29)

Partindo dessas considerações apresentamos a seguir algumas experiências internacionais mais relevantes apontadas por Rafael Winter Ribeiro como influências importantes para se pensar esse instrumento de preservação no Brasil.

A UNESCO e a lista do patrimônio Mundial

Assim desde 1992 a UNESCO reconhece a paisagem cultural como uma categoria de inclusão na lista do Patrimônio Mundial³ a partir de três subdivisões, “paisagem claramente definida”, “paisagem essencialmente evolutiva” e “paisagem cultural associativa”. Essas subcategorias foram estabelecidas por um grupo de especialistas oriundos de oito países, que reunidos em Paris entre os dias 24 e 26 de Outubro do mesmo ano, se concentraram em pensar a forma de inclusão das paisagens culturais na referida lista. (Ribeiro, 2007 P.41)

Desse encontro resultou a reformulação e ampliação conceitual do documento *Orientações para guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*⁴ produzido no âmbito da *Convenção do Patrimônio Cultural e Natural* realizada em Paris no ano de 1972.

A salvaguarda de Paisagens Culturais surge assim em âmbito internacional no mesmo contexto de formação da lista do patrimônio mundial da UNESCO, tendo em vista que o *Comitê do Patrimônio Mundial* surge em 1976 também como determinação dessa convenção.

Sua existência enquanto categoria de salvaguarda pode ser entendida como uma reação ao embate entre duas correntes de pensamento, uma que propõe a intervenção a partir do conceito de sítio e a outra preservacionista que defende o isolamento da natureza diante das ações humanas (Idem, p.38)

A *Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural* estabelecida em conferencia da UNESCO em sua 17ª sessão em Paris 16 de Novembro de 1972 manifestava a visão dicotômica entre natureza e cultura, numa abordagem que já se mostrava anacrônica para o período de sua realização. Caracterizada por um intenso debate a cerca das relações homem-meio, a década de 1970 ficou conhecida

³Essa inclusão se deu na 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Santa Fé, Novo México, em 1992.

⁴ Disponível em whc.unesco.org/pg.cfm?cid=57 já com as atualizações de 2005

como a “Década de Estocolmo” numa referência ao documento produzido pela Assembleia Geral ONU reunida em julho de 1972 na capital da Suécia.

No transcorrer do tempo com a consolidação da ideia de *desenvolvimento sustentável* a partir do relatório do CMMAD/ONU “Nosso futuro comum” de 1987 e da afirmação da ecologia política como disciplina e campo de atuação, o conceito de paisagem cultural toma novo fôlego passando a ser visto como uma estratégia do desenvolvimento sustentável. (Idem, *ibidem*)

É dentro desse contexto que podemos pensar a paisagem cultural como uma categoria de salvaguarda tal como se apresenta atualmente, como sendo o resultado de todo um percurso do conceito entre diferentes áreas e com objetivos diversos. Sua adoção como categoria de salvaguarda pela UNESCO constitui uma quebra com visões anteriores, sobretudo aquelas que vêem a paisagem como cenário, ambiência ou como um referencial de beleza cênica.

A Convenção Européia da Paisagem

Em 11 de Setembro de 1995 o Conselho da Europa produziu a *Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas* a chamada R(95)9. Esse documento constitui uma iniciativa no sentido de uma política de paisagens para a Europa e abriu campo para que em 2000 fosse assinada em Florença a Convenção Européia da Paisagem.

Segundo Ribeiro a Convenção representa uma intenção no sentido de “introduzir regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens baseada num conjunto de regras, constituindo um elemento fundamental da gestão do território” (Ribeiro, 2007, p. 52).

Alem disso a Convenção “aparece num contexto de unificação da Europa, de estabelecimento de políticas públicas comuns, mas também de que o conceito seja entendido de uma maneira mais unívoca.” (Idem, 2007 p.55)

Corresponde a um esforço no sentido de construção de uma identidade européia através do reconhecimento e valorização de suas paisagens tendo-se em vista que as paisagens sempre desempenharam um papel importante na construção do imaginário em países europeus.

A Convenção propõe uma política de gestão do território através de inventário sistemático de suas paisagens, dessa forma não propõe a formação de uma lista, como é o caso da categoria de paisagem cultural da UNESCO, mas estabelece que todo o território europeu seja lido a partir de suas paisagens partindo do pressuposto de que ele é um “grande arquivo de história”. Nesse sentido a paisagem é vista como um palimpsesto, isto é, um documento em perpétua transformação onde estão inscritas várias camadas temporais convivendo com os traços do presente. (Idem, 2007 p. 58)

O território é visto a partir da Convenção Européia como um todo complexo que pode ser lido e interpretado através do conceito de paisagem de modo que cada Estado signatário se comprometa a realizar um inventário sistemático de seu território a partir da idéia que sua expressão geográfica é também cultural. Sua leitura se constitui num instrumento de escrita e análise da história européia.

A historicidade de uma prática:

Nessa pesquisa procuramos dar embasamento ao estudo das práticas de preservação a partir do conceito de paisagem, em outros termos enquadram-se na temática dos chamados “novos patrimônios” e a crescente demanda por instrumentos que garantam a salvaguarda desses bens.

Dessa forma apontamos a existência de uma gama de bens cuja preservação não encontra personalidade jurídica dentro da legislação patrimonial brasileira, sobretudo aqueles cuja natureza complexa não se encontra representada entre as categorias expressas nos livros de tombo e de registro dos órgãos de preservação nas três esferas, municipal, estadual e federal.

As paisagens culturais, assim entendidas como porções do território dotadas de conexões singulares entre diversos elementos, se encontram entre esses bens de natureza complexa, pois sua preservação depende de novas práticas e instrumentos jurídicos.

Preservar uma paisagem pressupõe uma mudança de direção nos paradigmas a cerca do patrimônio, reconhecendo o território e as representações possíveis para a natureza como matrizes de uma identidade cultural, de modo que salvaguardar-las incorporaria a pauta novas funções para a preservação, sobretudo no que tange aos conceitos de desenvolvimento sustentável e produção do espaço.

A pesquisa parte da problemática de que tal mudança na direção do paradigma vem sendo incorporada às práticas de construção do patrimônio paulista através de certas medidas inovadoras do Condephaat apontadas por Marly Rodrigues (2000) em seu livro “Imagens do passado”, estaria entre elas por exemplo, o tombamento da Serra do Mar de Paranapiacaba cuja proposta de preservação englobou conceitos oriundos do terreno da Geografia como o de lugar, paisagem e espaço.

Recentemente autores como Alexandre Fernandes Corrêa (2001) apontaram o tombamento de outros bens de natureza complexa como o parque do povo, os bairros paulistanos do Pacaembu e Jardins (todos na cidade de São Paulo), e a Vila de Picinguaba em Ubatuba como exemplos da incorporação de novos conceitos e práticas ao Condephaat, sobretudo do conceito de Patrimônio Ambiental Urbano⁵.

Dessa forma a pesquisa se pautou pela construção de uma base de informações sobre a presença do termo paisagem num conjunto de fontes oficiais (o conjunto das constituições federais e paulistas e as resoluções de tombamento publicadas no DOESP pelo Condephaat) além do levantamento com a mesma intenção nas cartas patrimoniais publicadas pelo IPHAN.

Procurava-se gerar um panorama dos diferentes valores atribuídos a paisagem a partir da gênese jurídica das políticas de preservação brasileiras na década de 1930 (Decreto Lei nº25 de 30 de Novembro de 1937) e num segundo momento focar a atenção as políticas culturais da segunda metade do século XX no Brasil, momento de gênese do CONDEPHAAT e de um arcabouço jurídico para o patrimônio cultural paulista.

Nessa abordagem tínhamos como referência os debates conceituais sobre a paisagem na geografia e sua utilização para a preservação de bens culturais sobretudo, com a inclusão a pauta de discussões da questão do patrimônio ambiental e suas interfaces. Nessa perspectiva encontramos temas diversos como o patrimônio ambiental urbano e a possibilidade de reflexão dos lugares e das representações da natureza como suportes da memória social, numa trajetória que incorpora dentre outras perspectivas os diálogos inter culturais dos chamados “patrimônios bioculturais” (Correa,2001), e a

⁵ Ver por exemplo as resoluções do Condephaat SC-8, de 24-3-94 (publicado no DOE em 25/03/1994, seção I, página 72) e SC 24/95, de 03/06/95 (publicada no DOE 06/06/95, p. 39) respectivamente de ilhas de interesse paisagístico do litoral paulista e do Parque do Povo na Capital paulista.

categoria “lugares” como patrimônio imaterial a partir do Decreto do IPHAN 3551/2000 .

Assim o arremate das discussões pautou-se pela historicidade do debate sobre geografia e patrimônio tendo como referência as práticas paulistas de preservação formuladas no interior do Condephaat orientadas pelos conceitos de espaço, paisagem dentre outros congêneres, cuja efetivação possibilitou um enfoque de salvaguarda que entendia a identidade cultural como inseparável do meio físico e esse próprio como um produto cultural.

Dessa forma o conceito de herança paisagística apresentado pelo geógrafo Aziz N. AB Saber (2006) possibilitou o tombamento integrado de paisagens pelo Condephaat numa visão integradora entre homem e meio ambiente, tal abordagem correspondeu também a dois movimentos prioritários em minha etapa de IC: o efetivo uso do conceito de paisagem oriundo da perspectiva geográfica e o rompimento com visões dicotômicas entre natureza e cultura a partir da década de 1970.

A mudança na atribuição de valor a paisagem, antes na perspectiva cênica para uma perspectiva cultural corresponde a um alteração do paradigma da memória e seu entendimento por parte dos órgãos de salvaguarda no Brasil, assim o próprio patrimônio anteriormente denominado como sendo “histórico” e “artístico” passaria a “patrimônio cultural” abrindo campo para o debate interdisciplinar, para o ambiente humano e suas representações imateriais.

Através dessas considerações apontamos o estado geral do debate sobre patrimônio e paisagem procurando esclarecer as possibilidades de pesquisa nesse campo com especial atenção as políticas paulistas de preservação. Dessa forma concluímos que a Chancela da Paisagem Cultural estabelecida pela portaria 127/2009 corresponde a abertura de campo para a construção por parte do IPHAN, de uma política de preservação das paisagens culturais brasileiras, cuja implementação tem se dado através de experiências como o Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira (Scifoni, S.Nascimento, F Toji, S, 2009) e a candidatura da Cidade do Rio de Janeiro como Patrimônio da Humanidade na categoria “Paisagem Cultural”.

No que tange ao contexto paulista apontamos o tombamento de um conjunto de bens pelo Condephaat entre as décadas de 1970 e 1980 todas ações diretamente ligadas

a influencia da geografia no campo do patrimônio através da atuação de Aziz N. AB'Saber no conselho gestor do órgão.

Seriam esses bens a Serras do Mar e de Paranapiacaba (processo: 20868/79), dos Sambaquis em Cananéia (processo: 23395/85) no litoral paulista, do Maciço da Juréia e Rio Verde (processo: 306/73) e das unidades habitacionais de Pinciguaba (processo: 20130/76) em Ubatuba. Além desses bens de natureza complexa encontram-se, a Serra do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara (processo: 20814/79) compreendendo os municípios de Cabreúva, Jundiá e Pirapora do Bom Jesus e a serra de Atibaia ou de Itapetininga (Processo: 22366/82).

Sendo assim o melhor entendimento de como se deram esses tombamentos é fator crucial para o estudo das políticas de preservação elaboradas a luz do conceito de paisagem e para compreendermos a forma como o Condephaat tem lidado com a temática da paisagem cultural nos dias atuais tendo em vista a historicidade do debate desde de sua fundação sobre as relações entre homem e meio ambiente como suporte de identidades e da memória social na constituição do patrimônio estadual paulista.

Referencias Bibliográficas:

AB'SABER, Aziz. Os Domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo, Ateliê, 2003.

ARANTES, Antonio Augusto (Org). Produzindo o Passado: Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo, Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

CAMARGO, Célia Reis. À Margem do Patrimônio Cultural. Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). Assis, UNESP, 1999. Tese de doutoramento em História.

CAPEL, Horacio. Filosofia y Ciência em la Geografia Contemporânea. Barcelona: Barcanova, 1981.

CAUQUELIN, Anne. A invenção da paisagem. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHARTIER, Roger. A História Cultural. Lisboa, DIFEL, 1990.

CHUVA, Márcia Regina Monteiro. Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998. Tese de Doutorado em História Social das Idéias.

- CHOAY, François. A Alegoria do Patrimônio, São Paulo: Editora Unesp, 2006.
- CLAVAL, Paul. A geografia Cultural. Florianópolis: UFSC, 1999.
- CORREA, Alexandre Fernandes. Vilas, Bairros e Terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (Antropologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2001
- CORREA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Geografia Cultural. Revista Brasileira de Geografia, v. 51, n. 1, 1989, p.113-122.
- CORREA, Roberto Lobato & ROSENDHAL, Zeny. “Paisagem, Tempo e Cultura”, 2ª. ed, Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2004
- COSGROVE, Denis E.. Social Formation and Symbolic Landscape. London, Sydney: Croom Helm, 1984.
- CUNILL, Pedro. A Banalização das Paisagens Culturais. Conferência na Universidade de Salamanca – Espanha. 25 de Julho de 1994.
- DEAN, Warren. A Ferro e Fogo. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira, São Paulo, Cia das Letras, 1996.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O Sítio Histórico de Porongos. In: IPHAN. Cadernos de Estudos PEP. Contribuição dos palestrantes da 1ª. Oficina PEP, 2006. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- _____ Relatórios de atividades desenvolvidas no Crato - CE. In: IPHAN. Cadernos de Estudos PEP. Contribuição dos palestrantes da 1ª. Oficina PEP, 2006. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.
- FOWLER, P.J. World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002. UNESCO: Paris, 2003. World Heritage Papers, n. 6. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/series/6>.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. A Retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ/SPHAN, 1996.
- IPHAN. A Invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro, MINC/SPHAN, 1995.
- LEMONS, Carlos Alberto. CONDEPHAAT, experiência de um órgão estadual no Brasil. Porto Alegre: SMS, 1992, pp 101-105.
- MARINS, Paulo Cezar Garcez. Trajetórias de Preservação do Patrimônio Cultural Paulista. In: Terra Paulista. Trajetórias Contemporâneas. Vários autores. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: Yázigi, Eduardo (org.) Turismo e Paisagem. Campinas, Contexto, 2002: 29-64.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Território e História no Brasil. Editora Hucitec. São Paulo, 2002.

MOTTA, Lia. Patrimônio urbano e memória social: Práticas discursivas e seletivas de preservação - 1975 a 1990. 2000. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2000. Dissertação de Mestrado em História Social e Documentação.

NASCIMENTO, Rodrigo Modesto. Poder Público e Patrimônio Cultural: estudo sobre a política estadual de preservação no Oeste Paulista (1969-1999). Assis, UNESP, 2006. Dissertação de mestrado em História.

ORTIZ, Renato. Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo, Brasilense, 1991.

PATRIMÔNIO CULTURAL PAULISTA. CONDEPHAAT (1968-1998).

RAFFESTIN, Claude. Du paysage à l' espace ou les signes de la géographie. In: Herodote 9, pp 90-104, jan-mar., 1979.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

RODRIGUES, Marly. Imagens do Passado. A instituição do patrimônio em São Paulo, 1969 – 1987. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SANTOS, Marisa Velloso M. O Tecido do Tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil 1920-1970. Brasília: UNB, 1992. Tese de Doutorado em Antropologia.

?SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.

_____. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SCIFONI, Simone; NASCIMENTO, Flávia Brito do; TOJI, Simone Sayuri Takahashi. Dossiê da Paisagem Cultural do Vale do Ribeira. São Paulo: IPHAN, 2009 (CD)

SCIFONI, Simone & Nascimento, Flávia Brito. A Paisagem Cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP.

SCHAMA, Simon. “Paisagem e Memória”. São Paulo, Cia da Letras, 1996.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio & DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Políticas Culturais e Patrimônio: em busca de um instrumento jurídico de proteção da paisagem cultural. IN: O Público e o privado - Nº 12 - Julho/Dezembro – 2008 (PP.137-148) p.137-138

THOMAS, Keith. O Homem e o mundo natural. São Paulo, Cia das Letras. 1996.

TUAN, Yi –Fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.